
Artigos Livres

A TOPONÍMIA DA MEMÓRIA: O PAPEL DE PEDRO BRAGA NA CARTOGRAFIA ORAL E ESCRITA DO POVOADO DO VAU



THE TOPONYMY OF MEMORY: PEDRO BRAGA'S ROLE IN THE ORAL AND WRITTEN CARTOGRAPHY OF THE VAU COMMUNITY **Caminhos da História**

LA TOPONIMIA DE LA MEMORIA: EL PAPEL DE PEDRO BRAGA EN LA CARTOGRAFÍA ORAL Y ESCRITA DEL POBLADO DE VAU

 Valdir Macedo Neto [1]

Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes),
Brasil
eu@netomacedo.com

Caminhos da História

vol. 31, núm. 1, p. 182 - 207, 2026
Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil
ISSN: 1517-3771
ISSN-E: 2317-0875
Periodicidade: Semestral
revista.caminhosdahistoria@unimontes.br

Recepção: 31 Outubro 2025
Aprovação: 24 Novembro 2026

DOI: <https://doi.org/10.46551/issn.2317-0875v31n1p.185-207>

URL: <https://portal.amelica.org/ameli/journal/507/5075615011/>

Resumo: Este artigo explora o papel da toponímia como repositório da memória coletiva e identidade do Povoado do Vau, em Diamantina, Minas Gerais, através da atuação de Pedro Cordeiro Braga (1917-2000) como um "cartógrafo da memória". Metodologicamente, a pesquisa baseia-se na análise de fontes primárias e secundárias, com destaque para o "Caderno nº 06" de Braga, tratado aqui como extensão da tradição oral. Investigamos como Braga, percebendo o declínio da oralidade, registrou em seus cadernos topônimos como Serra do Rela-Pôpa, Acaba-Mundo, Morro do Atalho e Mato da Bota. Analisamos como esses nomes de lugares funcionam como marcadores de memória, ancorando eventos históricos e míticos ligados à escravidão, violência e relações sociais no território. O estudo discute a influência da oralidade na escrita de Braga e como essa materialização da toponímia, analisada sob a ótica da História Oral e dos estudos da Memória, foi motivada pelo desejo de preservar a identidade local, constituindo um ato de resistência cultural. O artigo conclui que a toponímia preservada por Pedro Braga é um legado vital para a compreensão das relações entre memória, espaço e identidade em comunidades em transição.

Palavras-chave: toponímia, oralidade, memória, Diamantina, Pedro Braga.

Autor notes

- [1] Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Estadual de Montes Claros, sob orientação do prof. Dr. Renato da Silva Dias na linha de pesquisa Poder, Trabalho e Identidades. Artigo desenvolvido durante a disciplina de "História, Identidade e Memória" E-mail: eu@netomacedo.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0003-7034-313X>.



Abstract: This article explores the role of toponymy as a repository of collective memory and identity in the Vau community, in Diamantina, Minas Gerais, through the work of Pedro Cordeiro Braga (1917-2000) as a "cartographer of memory." Methodologically, the research is based on the analysis of primary sources, notably Braga's "Notebook no. 06", and on oral interviews, treated here as extensions of the oral tradition. We investigate how Braga, perceiving the decline of orality, recorded toponyms in his notebooks such as Serra do Rela-Pôpa, Acaba-Mundo, Morro do Atalho, and Mato da Bota. We analyze how these place names function as memory markers, anchoring historical and mythical events linked to slavery, violence, and social relations within the territory. The study discusses the influence of orality on Braga's writing and how this materialization of toponymy, analyzed from the perspective of Oral History and Memory Studies, was motivated by a desire to preserve local identity, constituting an act of cultural resistance. The article concludes that the toponymy preserved by Pedro Braga is a vital legacy for understanding the relationships between memory, space, and identity in communities in transition.

Keywords: toponymy, orality, memory, Diamantina, Pedro Braga.

Resumen: Este artículo explora el papel de la toponimia como repositorio de la memoria colectiva y la identidad del Poblado de Vau, en Diamantina, Minas Gerais, a través de la actuación de Pedro Cordeiro Braga (1917-2000) como un "cartógrafo de la memoria". Metodológicamente, la investigación se basa en el análisis de fuentes primarias, con destaque en el "Cuaderno nº 06" de Braga, y en entrevistas orales, tratadas aquí como extensiones de la tradición oral. Investigamos cómo Braga, al percibir el declive de la oralidad, registró en sus cuadernos topónimos como Serra do Rela-Pôpa, Acaba-Mundo, Morro do Atalho y Mato da Bota. Analizamos cómo estos nombres de lugares funcionan como marcadores de memoria, anclando eventos históricos y míticos ligados a la esclavitud, la violencia y las relaciones sociales en el territorio. El estudio discute la influencia de la oralidad en la escritura de Braga y cómo esta materialización de la toponimia, analizada bajo la óptica de la Historia Oral y los estudios de la Memoria, fue motivada por el deseo de preservar la identidad local, constituyendo un acto de resistencia cultural. El artículo concluye que la toponimia preservada por Pedro Braga es un legado vital para la comprensión de las relaciones entre memoria, espacio e identidad en comunidades en transición.

Palabras clave: toponimia, oralidad, memoria, Diamantina, Pedro Braga.

Introdução

A toponímia, o estudo dos nomes de lugares, transcende a mera catalogação geográfica para se constituir como um campo fértil para a investigação da memória social e das identidades culturais. Longe de ser um elemento estático na paisagem, o nome de um lugar é uma construção histórica e cultural, um repositório de experiências, narrativas e significados que se acumulam ao longo do tempo. Tais nomes, muitas vezes enraizados em eventos, personagens ou características ambientais, funcionam como "marcadores de memória", ancorando o passado no presente e revelando as percepções e as realidades vividas por uma comunidade. No contexto de comunidades rurais, onde a oralidade frequentemente precedeu e conviveu com a escrita, a toponímia adquire uma relevância ainda maior, servindo como uma cartografia viva das tradições, dos mitos e da própria história.

Este artigo propõe-se a explorar o papel singular de Pedro Cordeiro Braga (1917-2000), morador do Povoado do Vau, distrito de Diamantina, Minas Gerais, na preservação e na "cartografia" da memória social de sua comunidade, através da toponímia. Pedro Braga, apesar de sua pouca educação formal, destacou-se como narrador oral, escritor em verso e prosa, e guardião da memória local. Sua obra, especialmente os cadernos de escritos e os relatos orais, revela uma profunda conexão entre os nomes de lugares e as histórias que ele "alcançou" por meio da tradição oral de seus pais e avós. O Vau, como será visto mais à frente, já em si, carrega no seu nome a sua própria história: lugar em lagoa, rio ou mar por onde se pode passar a pé ou a cavalo.

A pesquisa que fundamenta este artigo teve início com a "descoberta"^[2] dos cadernos de Pedro Braga em 2014, apresentados por seu filho, José de Evaldo Braga, conhecido por todos como Zé Braga. Esses registros manuscritos, produzidos entre 1988 e 1997, em uma comunidade predominantemente oral e com comunicação precária com o mundo exterior, chamaram a atenção pela dedicação de um homem simples em documentar a história e as tradições de seu povoado. Neles, Pedro Braga se via como um "tradutor" da oralidade para a palavra escrita, buscando adaptar suas práticas para garantir que a rica tradição oral e a identidade do Vau não se perdessem. Sua atuação transcendeu o campo da escrita pessoal, levando-o a se corresponder com figuras importantes e, inclusive, a inspirar o roteiro do filme "Narradores de Javé"^[3].

O problema de pesquisa central que este artigo busca responder é: como a toponímia, mediada pelas narrativas de Pedro Braga, contribui para a construção e preservação da memória e identidade do Povoado do Vau, e como essa "cartografia oral e escrita" reflete as tensões entre o passado e o presente da comunidade?

Para abordar essa questão, o artigo tem como objetivo analisar a presença e o significado dos topônimos nos relatos orais e escritos de Pedro Braga, explorando como esses topônimos funcionam como marcadores de memória, ancorando eventos históricos, lendários e míticos no território físico e simbólico do Vau. Além disso, vamos discutir o papel de Pedro Braga como um "cartógrafo da memória" que, através de suas narrativas, conecta a geografia local à experiência humana, à história da escravidão, aos conflitos e às transformações sociais. Acerca dos topônimos, sabe-se que:

são sinais importantes, indicativos da cultura, da história e da linguagem de um povo. Ditos ou escritos, os topônimos propiciam informações a respeito das sucessivas gerações de uma localidade, dos homens que aí nasceram, trabalharam e viveram, bem como daqueles que mereceram sua homenagem (...). Assim, saber o exato significado do nome de uma cidade, bem como de suas ruas, praças e parques, significa, verdadeiramente, conhecer essa cidade e reconhecer seus valores (Faggion et al., 2008, p. 278).

A relevância deste estudo reside em sua contribuição para a história local do Vale do Jequitinhonha, ao dar voz a narrativas e perspectivas muitas vezes marginalizadas pela historiografia tradicional. Assim, a pesquisa assume uma perspectiva "vindo de baixo" (Portelli, 2016, p. 150), priorizando a história local e as vozes dos moradores comuns. Portelli destaca a interseção entre memória e história, reconhecendo que as memórias individuais e coletivas são parte importante da construção da história.

Ao focar na toponímia, revelamos como os nomes de lugares são arquivos vivos, capazes de preservar aspectos da cultura material e imaterial de uma comunidade. Além disso, a análise da atuação de Pedro Braga ilumina o papel dos mediadores simbólicos em contextos de transição, onde a memória oral se confronta com os desafios da modernidade e da necessidade de registro. Sua experiência demonstra a resiliência e a capacidade de adaptação cultural para a preservação do patrimônio imaterial.

Fundamentação teórica

A compreensão da toponímia no contexto da memória social exige um arcabouço teórico que transcenda a simples etimologia dos nomes de lugares. Para além de sua função nominativa, "a história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes" (Dick, 1990, p. 19). Assim, os topônimos atuam como camadas de significados inscritas no território que revelam a complexa interação entre o espaço geográfico e a experiência humana ao longo do tempo.

Maurice Halbwachs, em sua obra clássica sobre a memória coletiva, argumenta que as lembranças individuais são construídas e mantidas dentro de "quadros sociais da memória" (Halbwachs, 2004, p. 09), nos quais o espaço, com seus nomes e marcas, desempenha um papel fundamental na ancoragem e na transmissão dessas lembranças. A toponímia, portanto, não é apenas um inventário de nomes, mas um arquivo cultural dinâmico que reflete a história, as práticas sociais, as crenças e as identidades de um grupo. Ao nomear um rio, uma serra ou um morro, a comunidade não só identifica um local, mas também narra uma história, um evento, um significado que se deseja perpetuar (Dick, 1996, p. 12).

Neste sentido, a toponímia se entrelaça com a história oral, que, segundo Alessandro Portelli, diferencia-se por seu enfoque na subjetividade e na experiência individual dos narradores. A história oral permite acessar "verdades diferentes", não necessariamente factuais — em um sentido positivista —, mas psicologicamente corretas, revelando as percepções e os significados que os eventos adquirem na memória coletiva (Portelli, 1997, p. 31). As "incoerências e contradições" nas narrativas orais, como as imprecisões temporais nos relatos de Pedro Braga sobre a fundação do Vau ou a interação com figuras históricas, não devem ser vistas como falhas, mas como oportunidades para compreender como as memórias são reinterpretadas e adaptadas, refletindo as crenças e a imaginação cultural de uma comunidade. Complementar a este pensamento, para Jacques Le Goff, a memória oral é uma interação dinâmica entre passado e presente, onde a emoção e a interpretação são centrais (Le Goff, 1990, p. 437), papel crucial desempenhado por Pedro Braga na narração oral de histórias e na escrita dos cadernos que permitem que a memória da comunidade seja compartilhada. Assim, os topônimos, quando transmitidos oralmente, tornam-se veículos dessa memória, carregados de sentidos que vão além de sua mera referência geográfica.

O território, por sua vez, é um conceito central para compreender a dimensão espacial da toponímia. Rogério Haesbaert desenvolve a noção de "multiterritorialidade" para explicar como os indivíduos e grupos navegam e influenciam múltiplos territórios — físicos, simbólicos e sociais — que são continuamente construídos e sobrepostos. Para ele, o território é uma dimensão espacial que se revela em processos de dominação concretos e na produção material, mas também é um espaço apropriado de forma imaterial, envolvendo identidade, subjetividade e simbolismos (Fuini, 2017, p. 26, *apud*. Haesbaert, 2023).

No caso do Povoado do Vau, os topônimos não se referem apenas a um espaço geográfico delimitado, mas a um território permeado por significados culturais, históricos e afetivos. As histórias associadas a lugares como a "Serra do Relá-Pôpa" ou o "Acaba-Mundo" evidenciam como o espaço é apropriado e ressignificado através de narrativas que revelam histórias, conflitos, sofrimentos e resistências inscritos na paisagem. A atuação de Pedro Braga, ao registrar esses nomes e suas histórias, demonstra uma compreensão intuitiva dessa simbologia dos topônimos, conectando o micro-território do Vau a um universo de memórias e tradições mais amplas.

Pierre Nora, com sua distinção entre *lugares de memória*, oferece uma perspectiva complementar. Para Nora, a memória se manifesta em locais, objetos ou eventos que se tornam símbolos de uma herança coletiva e que são investidos de significado por uma comunidade que sente a necessidade de se lembrar:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (...) se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis (Nora, 2012, p. 13)

Embora Nora foque em locais de memória institucionalizados ou mais amplos, sua ideia pode ser adaptada para a toponímia local, onde cada nome de lugar se torna um micro "lugar de memória" para o Povoado do Vau, carregando consigo uma narrativa que a comunidade escolhe preservar. Pedro Braga, ao compilar essas histórias toponímicas, age como um artesão desses "lugares de memória" em escala local, garantindo que o que é fugaz na oralidade se torne mais perene na escrita.

A metodologia empregada neste artigo se baseia na análise de fontes primárias e secundárias, com destaque para a rica produção de Pedro Braga. O "Caderno nº 06"^[4], em particular, será objeto de escrutínio, por ser o mais extenso e sistemático em seus registros históricos do Vau. A análise dos escritos de Braga será complementada por uma entrevista realizada com o próprio narrador em 1988, pelo pesquisador Reinaldo Martiniano Marques. Essas entrevistas são cruciais para captar as percepções contemporâneas sobre a memória de Braga e a vitalidade (ou declínio) da toponímia na comunidade.

É fundamental ressaltar que os escritos de Pedro Braga, embora materializados em papel, serão tratados metodologicamente como uma extensão da tradição oral do povoado. Como escritor de histórias:

Pedro Braga preserva traços da oralidade em seus manuscritos, transformando a leitura de seus textos em uma espécie de convite à escuta de uma voz inscrita "conforme a tradição" oral. Desse modo, palavras homófonas serão escritas a partir de sua pronúncia, desconsiderando-se a existência de diferentes grafemas para um mesmo fonema, determinada pelas convenções ortográficas (Souza, 2006, p. 110).

Sua ortografia fonética e a estrutura que mimetiza a conversação revelam que o autor garante a oralidade em seus manuscritos, transformando a leitura de seus textos em uma espécie de convite à escuta de uma voz. Em alguns trechos dos cadernos, por exemplo, "é possível reconhecer a busca do contato entre o narrador e o ouvinte como na performance do contador de histórias" (Souza, 2006, p. 115).

Essa abordagem permite explorar não apenas o conteúdo das histórias, mas também o contexto e os mecanismos culturais que sustentam a toponímia como uma forma de construção de uma memória coletiva do povoado.

Pedro Braga: o cartógrafo da memória

O Povoado do Vau, distrito de Diamantina, Minas Gerais, não é apenas um ponto geográfico, mas um espaço profundamente marcado por uma história de ocupação, mineração e conflitos^[5]. Situado às margens do Rio Jequitinhonha, seu próprio nome, um toponímico geográfico, encapsula um aspecto fundamental de sua origem: foi o trecho onde bandeirantes e viajantes europeus conseguiram atravessar o rio para adentrar o Vale em busca de riquezas naturais:

Sendo disbravado pelos bamdeiranti até o local ondi foi elevada a historica cidadi di Diamantina. Sendo o único trêcho do rio Jequitemhonha que conceguiram travessar foi em Vau ficando esti nomi di origem pela passagem (Braga, Pedro. Escritos. Caderno nº 06, 1988, p. 90. Grifo nosso).

Essa travessia, que deu nome ao lugar, transformou-o em um ponto estratégico e, conseqüentemente, um berço de narrativas. A paisagem acidentada e isolada, com estradas de terra de difícil acesso até meados de 2017 (Demétrio, 2020), contribuiu para a manutenção de uma cultura eminentemente oral, onde a transmissão de histórias e tradições era a principal forma de perpetuar o passado.

Nesse cenário, Pedro Cordeiro Braga emergiu como uma figura central. Nascido no Vau em 1917 e vivendo ali até 2000, ele se tornou o guardião da memória local, um contador de histórias que "alcançou"^[6] as "certas tradições"^[7] de seus avós e pais. Sua atuação transcendeu a mera narração; ele se via como um "tradutor da oralidade para a palavra escrita", um compromisso que o levaria a registrar em cadernos a história do povoado. No caso do sr. Braga, este testemunho também era comprovado, segundo ele, por meio do seu contato com os "antigos", já que: "têm certas tradições que a gente vê que aconteceu, não é? Então o que eu gosto de escrever é justamente o que pode ser comprovado" (Entrevista com Pedro Braga em 1988 realizada por Reinaldo M. Marques).

Essa dedicação, em um contexto de pouca educação formal e isolamento, revela não apenas um talento individual, mas uma profunda consciência da importância de preservar a identidade de sua comunidade frente ao suposto declínio da tradição oral. Pedro Braga, no que se refere aos topônimos registrados, não é apenas um narrador, mas um "cartógrafo da memória", que, através de suas palavras, desenha um mapa do passado do Vau, conectando os nomes dos lugares aos eventos e experiências que os tornaram significativos.

Topônimos Enraizados na Oralidade: Marcadores de Memória no Território

A obra de Pedro Braga é permeada por topônimos que não são apenas referências geográficas, mas verdadeiros condensadores da memória e da história local, funcionando como "marcadores de memória" que dão vida ao passado no presente da comunidade. Cada nome de lugar em suas narrativas carrega consigo um conjunto de significados, eventos e experiências que a comunidade escolheu lembrar e perpetuar.

Um dos exemplos mais emblemáticos é a "Serra do Rela-Pôpa". Braga narra a origem desse topônimo através da trágica história de um escravo que, para escapar da crueldade de seu senhor, Manoel Teotônio, e de seus "pedestres", preferiu descer a serra "enfiando pra serra abaixo, até esbarrar dentro do rio":

esse senhor era muito cruel com seus escravos. Então, os escravos dele... vários fugiam afastando dos rigores. Ele mandava sair à procura daqueles mais rebeldes e costumava mandar matar. Ele queria ao menos uma orelha, de comprovação. Inclusive, lá na serra onde ficou com o nome de Serra do Rela-Pôpa, tava escondido um desses escravos. E o pedestre descobriu lá no alto da lapinha. (...) ele, quando se viu agredido pelo pedestre, sem jeito de escapular, o único caminho que ele preferiu foi sentar nessa serra lisa. Sentou e desceu enfiando pra serra abaixo, até esbarrar dentro do rio. Mas chegou dentro do rio já quase morto porque as carne ficou toda agarrada lá. Aí acabou que ele teve que entregar já quase morto e acabou ficando essa... assim... essa resolução dele que preferia descer sentado... não adiantou, né? Ele morreu sempre (Entrevista com Pedro Braga em 1988, realizada por Reinaldo Martiniano Marques. Grifo nosso.).

O ato desesperado do escravo, que teve sua carne "toda agarrada lá", resultou em sua morte. Braga registra a história tanto oralmente quanto por escrito em seu Caderno nº 06, onde a descreve com detalhes vívidos, confirmando a permanência do nome em função do evento: "Está esta serra como prova. Ela devi ter mais di cem metros di campo" (Braga, Pedro. Escritos. Caderno nº 06, 1988, p. 114-115). Essa narrativa não apenas fornece um nome característico à serra, mas encapsula uma história de resistência e sofrimento, integrando-se ao patrimônio cultural do Vau. A toponímia, nesse caso, é o testemunho da violência da escravidão e da memória de um corpo martirizado.

No trecho acima, palavras e práticas que remetem ao período da escravidão no Brasil, como "pedestre" e "trazer as orelhas cortadas", aparecem e ancoram as narrativas do orador à realidade histórica que permeava as vivências dos escravizados e seus senhores. O uso da palavra pedestre no texto de Braga conecta diretamente o leitor à prática de captura de escravos fugitivos, em que "pedestres", ou capitães do mato, tinham a função de perseguir e devolver os fugitivos aos seus senhores. A outra prática bruta evocada por Braga, "trazer as orelhas cortadas", demonstra uma fidelidade à realidade cruel da escravidão no Brasil, quando práticas de mutilação eram empregadas como forma de controle. Segundo Clóvis Moura:

era utilizada constantemente a mutilação, algumas vezes por castigo, com o ferro em brasa ou pelo corte da orelha do fujão, outras vezes como símbolo de propriedade (...). Raramente um escravo não apresentava uma das marcas de violação no seu corpo (...). A relação de escravos fugidos com marcas de tortura e castigo percorre todo o período da escravidão e era um mecanismo da classe senhorial para manter o cativo em estado de absoluta sujeição e obediência, sem o que o trabalho escravo não conseguiria se manter por muito tempo (MOURA, 2004, p. 152. Grifo nosso).

Outro topônimo carregado de significados profundos é o "Acaba-Mundo" Associado a um certo "senhor Vidigal" e a uma tentativa de mineração de diamantes no rio Jequitinhonha. O nome faz referência a um desastre no qual, após grandes esforços para desviar o curso da água, um estouro inesperado do cerco teria matado muitos escravos que estavam no canal (Braga, Pedro. Escritos. Caderno nº 06, 1988, p. 130).

Rodolfo Lautner Júnior^[8], narra essa história com base nos relatos de Pedro Braga, Segundo ele, em 1961, uma família de mineradores tentou explorar esse local, construindo um desvio com cimento e pedra para secar o poço. Após muito esforço de maquinário pesado e investimento, ao alcançarem o fundo, encontraram apenas ferramentas antigas, ossadas humanas e poucos diamantes, mal o suficiente para cobrir os custos. A explicação para isso, ainda segundo Lautner, veio de Pedro Braga, que dizia que, supostamente, senhores de escravos já haviam explorado a área (Entrevista com Rodolfo Lautner Júnior em 2018). Utilizando mão de obra escravizada, eles conseguiam estourar rochas com fogo e água fria e criavam canais rudimentares para desviar o curso do rio.

Na fotografia de 1868, capturada por Augusto Riedel^[9], revela-se que a lavra de diamantes do senhor Vidigal era, de fato, um canal, confirmando o relato de Pedro Braga — realizado 120 anos depois da tomada da fotografia. Nela, podemos ver a estrutura canalizada que segue ao longo do rio Jequitinhonha.



FIGURA 1

Lavra de diamantes do Sr. Vidigal no rio Jiquetinhonha (Riedel, 1868)

Imagem de domínio público.

A fotografia de Riedel mostra o árduo processo de "tiragem de cascalho" na lavra de Vidigal, permitindo-nos visualizar o cenário descrito por Braga. Isso reforça a conexão entre as histórias orais e a realidade da mineração de diamantes no século XIX. Nas histórias narradas por Braga, o sr. Vidigal tenta expandir sua riqueza com o trabalho dos escravizados, mas acaba fracassando na empreitada. Isso pode ser interpretado como uma metáfora para as falhas morais da escravidão — o desastre no "Acaba-Mundo" surge como a punição inevitável. Isso pode refletir o desejo de Braga — e da comunidade — de lembrar os erros do passado e exibir como a natureza (ou o divino) retribui de forma implacável a ganância e a crueldade.

Corroborado por Rodolfo Lautner Júnior em entrevista, a tragédia confirmou o nome simbólico do lugar: “foi mesmo o acaba mundo” (Braga, Pedro. Escritos. Caderno nº 06, 1988, p. 130). A história, presente tanto na oralidade quanto na escrita de Braga, revela a percepção de uma “justiça simbólica” ou “castigo divino” frente à ganância e à exploração escravista. A toponímia do “Acaba-Mundo” solidifica a memória de um evento que marcou não apenas a paisagem, mas a própria moralidade da comunidade.

A violência e o conflito também deixaram suas marcas na toponímia do Vau. Pedro Braga relata o assassinato de um estrangeiro, o “Englez”, a mando de um certo senhor “Cadete Gerônimo”, que se irritou com um elogio à beleza de sua esposa:

em obicervação a formuzura daquela mulher, eli dissi pelo seu companheiro “desdi que estou no Brasil ainda não tinha visto mulher Bonita como esta”. Ouvindo estas pronunçia do emglez, esti Cadeti Geronimo, indo ao fundo di seu quintal que si achava diverssos cativos capinando oldenou que pegaçi as armas e fouçi atalhar o Englez e o matassi na subida di um morro (Braga, Pedro. Escritos. Caderno nº 06, 1988, p. 96).

A emboscada resultou na morte do estrangeiro, e o evento gerou dois topônimos: o “Morro do Atalho”, onde ocorreu a emboscada, e o “Mato da Bota”, local onde teriam permanecido as botas do inglês caído. A persistência desses nomes (“ficou o nomi di origem ate houji”) é, para Braga, um testemunho da permanência dos acontecimentos do passado no território. Essa narrativa, que mostra o uso de escravos como instrumentos de violência pelos senhores, ilustra como a toponímia não apenas registra fatos, mas reflete as dinâmicas de poder e a brutalidade que permeavam as relações sociais na região. A existência de estrangeiros na área diamantífera é, inclusive, confirmada por relatos de viajantes como Sir Richard Francis Burton, explorador e geógrafo britânico, que nos conta em seu livro *Viagens aos Planaltos do Brasil: Minas e os Mineiros*, sobre um certo sr. Thomas Piddington, da Cornuália, que “há trinta e dois anos veio como mineiro e, durante o período de uma geração, não mais viu sua mulher e seus filhos” (Burton, 1983, p. 306). Ou de quando parou para se hospedar em um rancho e seus anfitriões:

Riram-se desdenhosamente quando souberam que eu era inglês. “Se isso for verdade”, perguntaram, “como se explica que você não conheça o Nicolau, seu patrício, que vive a um tiro de espingarda daqui?”. Era ele, insinuaram eles, um dos “perdidos” pobre miserável, que desperdiçava sua vida no desalinho e na bebida quando conseguia algum trabalho precário. De qualquer maneira, serviram-nos um delicioso café que nos animou para o resto da jornada (Burton, 1983, p. 315).

O trecho acima exemplifica mais uma vez essa realidade, representativa de uma época em que os conflitos e as tensões entre senhores, escravos e estrangeiros moldavam a paisagem social e geográfica do local.

Outras fazendas^[10] e propriedades são citadas por Braga, como a “Fazenda do Ó” e a “Fazenda do Delgado” que, segundo Braga, teve sua escritura oficializada por suposto escrivão Infante Henrique, que era conhecido pelo nome de Delgado Feio. Ainda segundo o narrador do Vau, estas propriedades estiveram associadas a Joaquim de Paula, figura que surge em registros do século XIX que serviram como documentação para reconhecimento de Santa Cruz, distrito distante 5km do Vau, como comunidade quilombola remanescente de escravizados, como pode ser aqui:

A primeira pessoa a efetuar o registro das Fazendas do Ó e Delgado foi o senhor Joaquim de Paula Costa, no dia 16 de abril de 1856, perante o Vigário do Arraial do Tijucu, nos termos do disposto no artigo 97 do Decreto n.º 1.318/1854, que regulamentou a Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850 (Lei de Terras) (Leite et al., 2019, p. 10).

A história de Joaquim de Paula está associada às narrativas sobre a exploração de diamantes e o uso de trabalho escravizado na região. Braga também evidencia que os escravos eram a principal força motriz por trás da construção da riqueza dos senhores de terra, quando destaca como o trabalho escravo foi fundamental para erguer as cercas e muros que delimitavam as fazendas, estruturas que simbolizavam a propriedade e a acumulação de poder econômico pelos grandes senhores de escravos:

Nas proximidades di Vau foi criada outras como a fazenda do Delegado, fazenda do Senhor Joaquin. Ainda o Sítio retiro do Senhor Vidigal. Todas esta fazenda foram cercadas di valo e muros tudo feito pelo braço cativo. Nós revirou soflimentos sendo único alimento era bola di feijão com angu uma para cada escravo sem direito repetição (Braga, Pedro. Escritos. Caderno nº 06, 1988, p. 02. Grifo nosso.)

Pedro Braga nos conta que as riquezas dos senhores foram edificadas às custas de enorme sofrimento e exploração, uma vez que os escravizados trabalhavam sob condições brutais, com alimentação escassa — sendo a única refeição uma “bola de feijão com angu, sem direito à repetição”. Ao expor essa realidade, Braga coloca o escravizado no centro do processo de exploração das terras e construção da fortuna dos senhores, reconhecendo a sua importância na economia e na estrutura social do período.

Esses nomes de “fazendas” não apenas identificam propriedades, mas evocam um passado de exploração mineratória, disputas por terras, e a presença massiva de trabalho escravizado.

Outro ponto geográfico conhecido até hoje no Vau é a “Cruz da Luzia”. Pedro Braga narra — tanto na voz quanto na modalidade escrita — o trágico episódio de uma escrava que, após tentar fugir de um outro escravizado que a cobiçava, é atacada por ele e, por fim, acaba assassinada. O local do crime, segundo a comunidade, permanece marcado até hoje por uma cruz conhecida como “Cruz da Luzia” (Braga, Pedro. Escritos. Caderno nº 06, 1988, p. 108), situada entre o Vau e Santa Cruz.



FIGURA 2

A Cruz da Luzia, entre o povoado do Vau e a comunidade quilombola de Santa Cruz
Crédito da imagem: este pesquisador.

O caso de Luzia também aparece de maneira recorrente durante entrevistas na comunidade quilombola de Santa Cruz, em uma pesquisa sobre práticas de cuidado compartilhadas por mulheres quilombolas no Alto Jequitinhonha, sendo considerada um dos mitos fundadores da comunidade (Eiterer et al., 2024, p. 21). A narrativa, transmitida oralmente por gerações na comunidade, retrata Luzia como uma mulher negra que resistiu aos abusos do fazendeiro — e não de outro escravizado, como nos contou Pedro Braga —, recusando-se a submeter-se às violências impetradas pelo seu senhor. Sua recusa resultou em uma morte brutal, com partes de seu corpo deixadas em um local hoje marcado pela já citada “Cruz da Luzia”.

Ajustes como esse, feitos à história narrada, acontecem frequentemente em histórias que são transmitidas oralmente, onde os personagens e eventos podem ser ajustados para refletir moralidades, relações de poder e dinâmicas sociais presentes na época. A mudança do agressor — de um senhor de escravos para outro escravizado — pode refletir uma tentativa de evitar o confronto direto com a figura do senhor como principal opressor em uma comunidade ainda marcada pelas desigualdades e resquícios de poder senhorial. A versão de Braga pode, portanto, funcionar como um reflexo da complexa rede de relações sociais no Vau, na qual ele procura talvez preservar uma forma de coexistência dentro da memória comunitária, sem expor o fazendeiro diretamente como o autor da violência. Independentemente, este relato em específico mostra que a história de Luzia permanece viva, integrada ao imaginário e à geografia do povoado, a partir de um evento que moldou a história local e garantiu que as memórias daqueles que foram subjugados continuem vivas.

A toponímia, nesse sentido, revela a cartografia econômica, simbólica e social da região, onde a posse da terra e a acumulação de riquezas estavam intrinsecamente ligadas à violência e à exploração dos cativos.

A "Verdade Diferente" da Toponímia Oral em Pedro Braga

É crucial entender que, no caso do narrador Pedro Braga, a "verdade" que buscamos encontrar nos topônimos não se alinha necessariamente com a precisão historiográfica. Como bem pontua Alessandro Portelli (1997, p. 32), a história oral muitas vezes nos oferece uma "verdade diferente", que é mais emocional, simbólica e reflete mais as percepções da comunidade do que os fatos objetivos.

A toponímia, nesse contexto, torna-se um campo onde o real e o imaginário se entrelaçam. Os topônimos registrados por Braga, portanto, são imbuídos de uma "verdade" que reside na sua capacidade e de seus de construir um sentido de continuidade e pertencimento para a comunidade do Vau, mesmo que essa "verdade" seja diferente daquela encontrada em documentos oficiais.

A dedicação de Pedro Braga em registrar esses topônimos e suas histórias reflete um grau de consciência da importância do patrimônio imaterial para a identidade de sua comunidade. Ele compreendeu que, sem o registro, a "verdade diferente" do Vau, que é a sua própria história oral, poderia ser perdida.

A pesquisa de Vera Lúcia Pereira^[11] intuiu do discurso do Sr. Pedro — e de outros narradores — uma crítica velada ao sistema de ensino e à escola que, segundo eles, mantêm as crianças presas por longos períodos nas salas de aula, enchendo sua cabeça de "coisas" demais, desviando o interesse dos jovens da sabedoria transmitida pelos contadores (Pereira, 1996, p. 40). Segundo a autora, as transformações graduais trazidas pelo progresso afetaram o prestígio da arte dos narradores e ameaçam o desaparecimento desse patrimônio oral. A educação escolar tende a valorizar padrões culturais da elite social que a controla, depreciando a

tradição popular e subestimando a experiência e os conhecimentos práticos. Ao classificar a expressão cultural das classes populares como folclore, a escola desvaloriza essas formas de aprendizado e os meios de transmissão cultural anteriores ao sistema escolar, retirando dos contadores seu papel de mestres respeitados e sua função de transmitir vivências coletivas. O apego aos nomes dos lugares, e às narrativas que os acompanham, pode ser visto como uma forma de resistência cultural diante das transformações que o Vau experimentava.

Os topônimos, nas mãos de Pedro Braga, tornam-se não apenas identificadores geográficos, mas símbolos de uma herança coletiva. Ao nomear a "Serra do Rela-Pôpa" ou o "Acaba-Mundo", a comunidade, através da mediação de Braga, não apenas lembra eventos, mas também reafirma valores, denuncia injustiças e fortalece os laços que unem seus membros a um passado compartilhado. O Povoado do Vau, assim, não é apenas um lugar no mapa, mas um "multiterritório" (Fuini, 2017, p. 26, apud. Haesbaert, 2023) vivo — físicos, simbólicos e sociais —, construído e continuamente ressignificado pelas narrativas que seus moradores e, especialmente, Pedro Braga, escolheram contar e perpetuar.

Luciano dos Santos nos lembra que a identidade cultural é construída na articulação entre “a condição sine qua non para a existência da identidade é haver a alteridade”, ou seja, a construção da identidade cultural deve ser compreendida como algo que não é autorreferencial, mas sim, relacional, que nasce e se desenvolve na relação com outro (Santos, 2011, p. 145-146). No caso do Vau, esse elo se enfraquece à medida que os portadores das memórias não encontram ouvintes dispostos a dar continuidade à tradição, gerando assim uma “crise de identidade”. O risco, portanto, não é apenas o esquecimento de histórias, mas o rompimento de uma cadeia simbólica que sustentava a vida em comum. Essa “cartografia da memória” de Pedro Braga é, portanto, um legado. Ela oferece uma janela pela qual podemos compreender como a toponímia, longe de ser um mero dado geográfico, é um componente vital da identidade cultural dessa comunidade, um testemunho vivo de suas lutas, dramas, crenças e sua própria existência no tempo.

A presença desses nomes nas narrativas de Braga, tanto as orais quanto as escritas, garante que a memória do Vau, na qual cresce a sua história, como postula Le Goff, “procure salvar o passado para servir ao presente e ao futuro” (1990, p. 437), mesmo diante do avanço da modernidade e do risco de esquecimento.

Da fala ao caderno: a materialização da toponímia

O Ato de "Traduzir": Da Efemeridade Oral à Permanência Escrita

A tradição oral, em sua natureza fluida e dinâmica, é o berço das narrativas que moldam a memória coletiva de comunidades como o Povoado do Vau. No entanto, sua vitalidade intrínseca carrega consigo a efemeridade; o que é dito pode se dissipar com o tempo e com a partida dos narradores. Le Goff (1990) faz uma distinção entre memória oral, que é transmitida oralmente, e memória escrita, que é registrada por escrito. A memória oral está intimamente ligada à cultura popular e ao cotidiano das comunidades, mantida através de rituais, celebrações, narrações e performances. Ela é dinâmica e pode ser alterada ou adaptada ao longo do tempo, refletindo as mudanças na sociedade e no contexto cultural. Já a memória escrita refere-se à documentação e registro do conhecimento através de textos escritos, permitindo uma forma mais estática e duradoura de armazenamento da informação, oferecendo a possibilidade de um acesso mais preciso e detalhado ao passado.

Pedro Cordeiro Braga, imerso nessa cultura oral, demonstrou notável perspicácia ao perceber o risco de que as histórias orais e, conseqüentemente, a identidade de seu povoado, se perdessem. Ele foi um dos narradores que identificou esse declínio na oralidade e na participação dos jovens nos rituais de transmissão dessas tradições (Pereira, 1996, p. 40). Foi essa percepção que o impulsionou a um ato de transição fundamental: a “tradução” da oralidade para a escrita.

Outros detalhes vou deixar eu Pedro Cordeiro Braga as partes históricas do Vau escrita conforme as tradições de meus pais traduzida de seus avós sendo na era do século fim do século 16 a princípio do século 17 foi criada a Vila do princípio houve a cidade do Serro (Braga, Pedro. Escritos. Caderno nº 06, 1988, p. 90. Grifo nosso).

No trecho do caderno acima citado, Braga utiliza o termo "traduzida" para se referir ao seu papel de transferir as tradições orais de seus antepassados para o registro escrito. Isso evidencia como ele se posiciona como um mediador, ou tradutor, que constrói uma ponte entre dois mundos: o da oralidade e o da escrita. Braga reconhece a importância de manter viva a memória coletiva de sua comunidade e percebe que, ao escrever essas histórias, ele não apenas preserva a tradição, mas também a adapta a um novo formato. O registro das "partes históricas do Vau" demonstra o esforço consciente do autor em garantir que as narrativas e conhecimentos transmitidos oralmente não se perdessem com o tempo, mas permanecessem acessíveis e significativos.

O ato de "tradução" não é uma simples transcrição mecânica, mas um processo de adaptação e interpretação das narrativas orais em um formato que pudesse garantir sua permanência para além da fugacidade da fala. Já no século XVII, o pastor inglês Purchas observava o que chamou de "vantagem literal" — a permanência do registro escrito. Para ele, pela escrita, o ser humano escapa ao esquecimento, ultrapassa o tempo e se aproxima da imortalidade (Lepore, 2020, p. 33).

Escrever seria como fossilizar um pensamento. O ato de Braga, de registrar esses topônimos e as histórias a eles associadas nos cadernos, como a da "Serra do Relá-Pôpa" ou do "Acaba-Mundo", não é apenas uma compilação, mas uma forma de fossilizar esses pensamentos, dando uma forma física a uma memória que, de outra forma, estaria sujeita à mutabilidade do tempo e à descontinuidade geracional. Ele compreendeu, como o pastor inglês Purchas no século XVII, a "vantagem literal" da escrita: sua capacidade de permitir que o ser humano escape ao esquecimento, ultrapasse o tempo e se aproxime da imortalidade. Para Pedro Braga, escrever era, em essência, permanecer.

A Permanência do Nome no Papel: Topônimos como Evidência Escrita da Memória Oral

Os cadernos de Pedro Braga servem como o corpus central para observar a materialização da toponímia oral. O Caderno nº 06, em particular, é um repositório de "partes históricas do Vau", onde, dentre tantas outras temáticas, os topônimos são cuidadosamente inseridos nas narrativas, conferindo-lhes uma dimensão geográfica concreta e, ao mesmo tempo, simbólica.

Segundo Le Goff, "à memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos" (1996, p. 485). Os monumentos têm como características principais a capacidade de conectar-se ao poder de perpetuação das sociedades históricas, como uma herança à memória coletiva (Ibid., p. 486). No relato sobre a "Serra do Relá-Pôpa", Braga descreve, por escrito, o trágico destino do escravo que desceu a serra, com a carne "toda agarrada lá", reforçando que "Está esta serra como prova". Essa frase no texto não deve ser tomada de forma leviana, pois demonstra a vontade do autor de reafirmar a materialidade do topônimo, elevando-o a um "monumento" do evento, uma evidência física da história que, de outra forma, só existiria na voz dos narradores. A escrita, nesse caso, consagra o nome como um vestígio do passado, mesmo que o vestígio seja um ponto geográfico anterior à história narrada e que sua constituição, nada tenha a ver com os acontecimentos.

De forma similar, a história do “Acaba-Mundo”, presente nos escritos de Braga, reitera o desastre na lavra do senhor Vidigal e a morte dos escravos: “Foi tanto Diamanti que eli julgou ser castigo” e “foi mesmo o acaba-mundo” (Braga, Pedro. Escritos. Caderno nº 06, 1988, p. 130). A materialização desse topônimo em papel permite que a narrativa, que contém elementos de moralidade e justiça simbólica, seja perpetuada. A fotografia de Augusto Riedel de 1868, que mostra a lavra de diamantes do Sr. Vidigal como um canal, “confirmando o relato de Pedro Braga — realizado 120 anos depois da tomada da fotografia”, estabelece um diálogo entre a toponímia oralmente transmitida e a documentação visual, reforçando a ancoragem dos topônimos na realidade histórica, mesmo que sua interpretação seja permeada por elementos míticos.

Os topônimos como “Morro do Atalho” e “Mato da Bota”, resultantes do assassinato do “Englez”, são outros exemplos da inscrição da violência no território através do nome. A escrita de Braga: “ficou o nomi di origem ate houji”, transforma esses nomes em monumentos textuais, garantindo que o evento e sua localização específica sejam lembrados.

Além desses topônimos ligados a eventos dramáticos, a menção a “fazendas” como a “Fazenda do Ó” e “Fazenda do Delgado” em seus escritos, revela uma cartografia fundiária da memória. Braga não apenas as nomeia, mas as integra em narrativas sobre a origem da posse da terra, a exploração dos recursos naturais e a presença de figuras históricas como Joaquim de Paula. Ao registrar esses nomes, ele “fixa” no papel uma dimensão da história do Vau que envolve a economia mineradora e as relações sociais do período, incluindo a escravidão.

A Toponímia como “Testemunho” e a Confiança na Palavra

A escrita de Pedro Braga, ao materializar a toponímia, pode ser compreendida à luz do conceito de testemunho de Paul Ricoeur (2007, p. 3), para quem o testemunho pode ser compreendido como uma forma narrativa da memória, uma vez que se concretiza no momento em que é compartilhado publicamente. Ele ocorre quando uma pessoa afirma ter presenciado determinado fato e decide relatá-lo a outros, dizendo, em essência: “acreditem, ou não acreditem, mas eu estive presente”. A partir daí, esse relato pode ser registrado e preservado por quem o escuta. Além disso, o testemunho carrega um compromisso de repetição, caso seja necessário reafirmá-lo no futuro, o que pressupõe confiança na credibilidade do narrador. Essa característica evidencia o papel essencial da confiança — ou dimensão fiduciária — nas relações humanas, sustentando acordos, promessas e contratos baseados na confiança mútua na palavra de quem fala. Quando Braga se refere a “certas tradições” que “alcançou” por meio de seus pais e avós, e que ele se propôs a “traduzir”, ele se posiciona como um elo fiduciário de uma cadeia de transmissão oral.

Embora Braga não tenha presenciado diretamente os eventos associados a alguns topônimos — como os da escravidão no século XIX, tendo nascido em 1917 —, sua escrita assume a pretensão de ser um testemunho coletivo. Ao dizer que as histórias do Vau são “escrita conformi as tradições di meus pais tradozida di seus avós” (Braga, Pedro. Escritos. Caderno nº 06, 1988, p. 90.), ele invoca uma linhagem de narradores que lhe conferem autoridade e credibilidade. A toponímia, nesse contexto, torna-se um testemunho geográfico, uma vez que os nomes dos lugares guardam a “memória” de eventos. A sua insistência em registrar “o que pode comprovar”^[12] revela uma busca por uma espécie de autenticidade, ainda que sua “comprovação” venha da persistência da memória oral na comunidade e não de documentos oficiais.

A interação direta de Braga com o leitor em seus cadernos, como quando ele afirma sobre o quilombo da Serra das Almas: “quen quer ter sarta realidadi, mi procura que eu mostro as pintura feita por estis escravos” (Braga, Pedro. Escritos. Caderno nº 06, 1988, p. 100), demonstra a permanência da performance oral na escrita, já que Braga, quando escreve, não desconsidera seu interlocutor, uma vez que este se configura como o ouvinte da tradição oral, que, como já observado por Paul Zumthor, é tão importante em uma performance quanto o contador:

O ouvinte 'faz parte' da performance. O papel que ele ocupa, na sua constituição, é tão importante quanto o do intérprete. A poesia é então o que é recebido; mas sua recepção é um ato único, fugaz, irreversível... e individual, porque se pode duvidar que a mesma performance seja vivida de maneira idêntica (...) por dois ouvintes; e o recurso posterior ao texto (se há texto) não a recria. O ouvinte, como o leitor aferrado a um livro, desde que aceita o seu riso, se compromete a uma interpretação da qual nada garante a justeza. Mas, mais do que o do leitor, seu lugar é instável: narratário? Narrador? Sem cessar, as funções tendem a se intercambiar no seio dos costumes orais (ZUMTHOR, 1997, p. 241).

Essa interpelação transforma o texto em um convite à experiência compartilhada, onde o topônimo é o ponto de partida para um diálogo vivo com o passado.

Segundo Lucília Delgado, é "usual que depoentes, estimulados pelas entrevistas, recorram a velhas relíquias ou a antigos guardados, encobertos pela pátina do tempo, (...) que possam contribuir para tornar o ato de lembrar mais vivo" (Delgado, 2006, p. 17). Constitui-se assim a interação entre o presente e o passado em um processo dinâmico e enriquecedor, especialmente quando se manifesta durante o processo onde diversos estímulos podem avivar essa conexão.

Conclusões

Este artigo buscou analisar a toponímia do Povoado do Vau como um campo privilegiado para a compreensão da memória social e da identidade local, com foco na atuação singular de Pedro Cordeiro Braga como um "cartógrafo da memória". Ao longo de nossa investigação, ficou evidente que os nomes de lugares no Vau não são meros acidentes geográficos, mas sim repositórios de narrativas que podem revelar as tensões, os conflitos, as violências e as resistências que moldaram essa comunidade ao longo do tempo. A toponímia se manifesta, então, como uma junção de camadas e de significados históricos e simbólicos que se perpetuam.

Reafirmamos que Pedro Braga, em sua jornada de "tradutor" da oralidade para a escrita, desempenhou um papel central nesta perpetuação. Sua sensibilidade e percepção do declínio da tradição oral e seu desejo de garantir que as "certas tradições" de seus antepassados não se perdessem o impulsionaram a registrar em cadernos não apenas a história do Vau, mas também as "evidências geográficas" que a ancorava no território. Nomes como a "Serra do Rela-Pôpa", o "Acaba-Mundo", o "Morro do Atalho" e o "Mato da Bota" transcendem sua função de meros identificadores geográficos para se tornarem, na escrita de Braga, marcadores de memória, testemunhos da escravidão, da violência e das dinâmicas de poder que marcaram o século XIX na região diamantífera. A "verdade diferente" dessas narrativas orais, como apontado por Portelli, não diminui sua importância; ao contrário, enriquece a compreensão das percepções e vivências da comunidade.

A materialização da toponímia na escrita de Braga é um ponto crucial. O ato de "traduzir" a efemeridade da fala para a permanência do papel concedeu a esses nomes e suas histórias uma "vantagem literal", garantindo que o que se diria e se dissiparia pudesse ser lido e, assim, lembrado por gerações futuras. A própria forma da escrita de Braga, que mimetiza a oralidade, convida à escuta de uma voz inscrita "conforme a tradição" oral, consolidando esses topônimos como elos entre o passado e o presente. Essa transição, motivada pela percepção do desinteresse das novas gerações nas narrativas orais, representa um ato de resistência cultural, um esforço consciente para preservar a identidade do Vau frente às "crises de identidade" impostas pela modernidade.

A toponímia, em sua obra, não se restringe a eventos trágicos. Nomes de fazendas como "Fazenda do Ó", "Fazenda do Buraca" e "Fazenda do Delgado" revelam a cartografia fundiária e econômica da região, enquanto a "Cruz da Luzia" perpetua a memória de uma vítima da violência. A inserção desses topônimos nas narrativas de Braga é um testemunho que busca, mesmo sem o rigor acadêmico, construir uma história do Vau enraizada nas experiências de seus moradores, incluindo as vozes daqueles que foram marginalizados nos registros oficiais, como os escravizados.

Este estudo, ao mergulhar nos topônimos registrados Pedro Braga, abre diversas avenidas para futuras pesquisas. Aprofundar a análise comparativa entre os topônimos presentes nos cadernos de Braga e os mapas históricos da região, ou investigar a persistência e ressignificação desses nomes na oralidade contemporânea do Vau, seriam caminhos promissores. Além disso, a relevância do trabalho de Braga transcende o âmbito local, servindo como um estudo de caso inspirador para a compreensão da agência de indivíduos em contextos de transição cultural.

Finalmente, a análise da toponímia na obra de Pedro Braga reforça a complexa e dinâmica relação entre território, memória e identidade. O Vau, em sua essência, personifica essa fluidez: um "vau" – uma passagem entre duas margens de um rio – assim como o próprio Pedro Braga foi uma ponte entre o passado e o presente, entre a oralidade e a escrita.

Referências

- BURTON, Richard Francis. Viagens aos planaltos do Brasil: Minas e os mineiros. Tradução de Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.
- CAFFÉ, Eliane. Narradores de Javé. Direção: Eliane Caffé. Produção de Bananeira Filmes, Gullane Filmes, Laterit Productions, Riofilme. Brasil: Riofilme, 2004.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Toponímia e antroponímia no Brasil. Coletânea de estudos. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A dinâmica dos nomes da cidade de São Paulo: 1554 – 1987. São Paulo: Annablume, 1996
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. História Oral, [S. l.], v. 6, 2009. DOI: 10.51880/ho.v6i0.62. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/62>. Acesso em: 3 jan. 2025.
- DEMÉTRIO, Gilson Junio de Andrade. Do ouro ao diamante - a paisagem da mineração no Alto Vale do Jequitinhonha: estudo do Complexo Arqueológico Borbas, século XIX, Diamantina/MG. 2020. 109 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2020.
- EITERER, Carmem Lucia; SILVA, Paula Cristina Silva; MIRANDA, Shirley Aparecida de. Práticas de cuidado compartilhadas por mulheres quilombolas no Alto Jequitinhonha. Cadernos CIMEAC, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 16–40, 2024. DOI: 10.18554/cimeac.v14i1.7570. Disponível em: <https://bit.ly/4k8kGD2>. Acesso em: 17 maio. 2025.
- FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani; FROSI, Vitalina Maria. Topônimos em Bento Gonçalves: motivação e caracterização. In: Métis: história e cultura. v. 1, n. 1 (2002). Caxias do Sul: Educus, 2008
- FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. Apresentação. ENTRE-LUGAR, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 1–17, 2010. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/entre-lugar/issue/view/33>. Acesso em: 15 set. 2024.
- FUINI, L. L. (2017). O Território em Rogério Haesbaert: Concepções e Conotações. Geografia Ensino & Pesquisa, 21(1), 19–29. <https://doi.org/10.5902/2236499422589>.
- HALBWACHS, M. Los Marcos Sociales de la Memória. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial, 431 p., 2004.
- LE GOFF, Jacques. História e memória. 1924. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas, SP. Editora da UNICAMP (Coleção Repertórios). 1990.
- LEITE, Matheus de M. G.; PINTO, Shara G. S.; ZANON, Márcia C. G.; RIBEIRO, André T.; BERNARDO, Jonathan M. Territórios quilombolas e emancipação humana: a reconstrução da estrutura agrária brasileira a partir do reconhecimento de direitos étnicos. In: CBEU, Natal, 2018. Anais... Natal: CBEU, 2019. Disponível em <https://cedefes.org.br/artigo-territorios-quilombolas-e-emancipacao-humana-reconstrucao-da-estrutura-agraria-brasileira-a-partir-do-reconhecimento-de-direitos-etnicos>. Acesso em 09/09/2024.
- LEPORE, Jill. *Estas Verdades: A História da Formação dos Estados Unidos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020. 1072 p.
- MARQUES, Reinaldo Martiniano. Quem conta um ponto aumenta um ponto. Coleção Quem Sabe Faz. Belo Horizonte : Ed. UFMG, 1998.

- MOURA, Clóvis. Dicionário da Escravidão Negra no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- NORA, P.; AUN KHOURY, T. Y. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 10, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 26 maio. 2025.
- PEREIRA, Vera Lúcia Felício. O Artesão da Memória no Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte : Ed. UFMG, 1996.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: Projeto História. São Paulo (14) fevereiro, 1997.
- PORTELLI, Alessandro. História oral como arte da escuta. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RIEDEL, Augusto. Lavra de diamantes do Sr. Vidigal no rio Jiquetinhonha: tiragem de cascalho. 1868-1869. 1556 x 1378 pixels. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/317>. Acesso em: 10/09/2024.
- SANTOS, Luciano dos. As identidades culturais: proposições conceituais e teóricas. In: Revista Rascunhos Culturais. Coxim/MS, v. 2, n. 4, p. 141-147, jul/dez 2011.
- SOUZA, Josiley Francisco de. Pedro Braga: uma voz no Vau. Orientadora: Sonia Maria de Melo Queiroz. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- ZUMTHOR, Paul. Introdução à poesia oral. Trad. Jerusa Pires Ferreira, Maria Lúcia Diniz Pochat e Maria Inês de Almeida. São Paulo: Hucitec, 1997.

APÊNDICE

FONTES ESCRITAS

BRAGA, Pedro Cordeiro. Escritos do Sr. Pedro Braga (Caderno 06). Digitalização e transcrição por Lúcia Nascimento em 2001/2002 (236 páginas). Vau, 1988.

ENTREVISTAS

Pedro Cordeiro Braga [71 anos]. [abril de 1988]. Entrevistador: Reinaldo Martiniano Marques. Povoado do Vau, Diamantina, MG, abril de 1988.

Rodolfo Lautner Júnior [86 anos]. [abril de 2018]. Entrevista concedida em 2018. Entrevistador: Valdir Macedo Neto. Diamantina, MG, abril de 2018.

NOTAS

- [2] À época que tomei conhecimento de sua história, percorria de bicicleta um dos trechos da Estrada Real que compreende as regiões entre o município de Diamantina e o município de Serro, quando conheci Zé Braga ao parar para comprar mantimentos em seu bar.
- [3] Filme brasileiro em coprodução com a França (2003), do gênero drama, dirigido por Eliane Caffé. No filme, o pequeno povoado Javé será submerso pelas águas de uma represa. Seus moradores, inconformados, decidem então escrever a história da cidade. No entanto, poucos sabem ler e só um morador, o carteiro Antônio Biá, sabe escrever.

- [4] A numeração dos cadernos de Pedro Braga foi atribuída posteriormente pelos pesquisadores que os transcreveram e não pelo autor original, não seguindo uma ordem cronológica. O caderno nº 01, por exemplo, é de 1993, o nº 05, de 1996 e o nº 06, de 1988. Os cinco primeiros volumes reúnem poesias, cartas e textos — muitos deles repetidos —, formando um conjunto que se assemelha a rascunhos. Pode-se supor que o autor utilizava esses cadernos (do nº 1 ao nº 5) como base para transcrever seus escritos em outros lugares. O Caderno nº 6, aqui utilizado e escrito por Braga, muito provavelmente, a partir de 20 de novembro de 1988, se destaca por ser o mais extenso. Seu conteúdo reúne uma longa autobiografia em versos; a história do povoado do Vau em prosa; o relato em prosa da trajetória familiar de Pedro Braga; além de contos e reflexões pessoais sobre a sociedade, política e valores familiares.
- [5] Em minha dissertação de mestrado, explico, no Capítulo II, que a formação do povoado do Vau se deu em um contexto de intensa exploração mineral e conflitos sociais. Braga, por meio de suas narrativas e dos relatos que "traduziu" de seus ancestrais, descreve o período como marcado por disputas de terras, abusos contra escravizados e homens livres, além de tensões entre garimpeiros e grandes proprietários, em um cenário de fiscalização rigorosa e ilegalidades. Nesse ambiente, a violência e a força eram meios comuns para resolver conflitos.
- [6] Usado no sentido de obter ou receber conhecimento e tradições passadas oralmente de geração para geração.
- [7] Termo que o sr. Pedro usava para se referir, sempre com reverência, a um conjunto de práticas, valores e histórias transmitidas de geração em geração dentro de sua comunidade.
- [8] Professor aposentado do Departamento de Odontologia da antiga Faculdade de Odontologia de Diamantina (Fafeod), atual Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), falecido em 2019, um ano após ser entrevistado por nós. Ele mantinha uma propriedade rural próximo ao Vau, conviveu com Pedro Braga e o reconhecia como uma figura singular na preservação da história oral da região. Lautner se referiu a ele como alguém "muito difícil de se encontrar" nos dias de hoje, justamente por sua capacidade de guardar e transmitir, com riqueza de detalhes, causos e tradições
- [9] Augusto Riedel, fotógrafo alemão que acompanhou a expedição liderada pelo duque de Saxe, dom Luís Augusto de Saxe-Coburgo-Gota, genro do imperador Pedro II, ao interior do Brasil em 1868. Esta viagem, documentada em um álbum intitulado Viagem de S.S.A.A. Reaes Duque de Saxe e seu Augusto Irmão D. Luis Philippe ao Interior do Brasil no Anno 1868, teve o objetivo de explorar e registrar regiões de grande interesse econômico e natural do Brasil, como as áreas de mineração de diamantes (Enciclopédia Itaú Cultural. Acesso em 12/09/2024).
- [10] Na verdade, terras onde se buscava minerar diamantes no leito dos rios — e quem foram seus proprietários.
- [11] Em seu livro "O Artesão da Memória no Vale do Jequitinhonha" (1996), Vera Lúcia Felício Pereira se dedicou a explicar o fenômeno dos narradores orais em diversas cidades espalhadas pelo Vale do Jequitinhonha — Pedro Braga incluso.
- [12] [Pedro Braga:] A gente deve escrever o que pode comprovar, porque a gente... escrever uma mentira, depois ela vai justificar que foi mentira... perde a graça, não é? [Entrevistador:] Então, escrever para o senhor é aquilo que viu, que viveu? [Pedro Braga:] É sim. Ou então, certas tradições. Porque tem certas tradições que a gente vê que aconteceu, não é? Então o que eu gosto de escrever é justamente o que pode ser comprovado (Entrevista com Pedro Braga em 1988, realizada por Reinaldo Martiniano Marques).

LIGAÇÃO ALTERNATIVE

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/10225/9485> (pdf)



AmeliCA

Disponível em:

<https://portal.amelica.org/ameli/ameli/journal/507/5075615011/5075615011.pdf>

Como citar este artigo

Número completo

Mais informações do artigo

Site da revista em portal.amelica.org

AmeliCA

Ciência Aberta para o Bem Comum

Valdir Macedo Neto

A TOPONÍMIA DA MEMÓRIA: O PAPEL DE PEDRO BRAGA NA CARTOGRAFIA ORAL E ESCRITA DO POVOADO DO VAU
THE TOPONYMY OF MEMORY: PEDRO BRAGA'S ROLE IN THE ORAL AND WRITTEN CARTOGRAPHY OF THE VAU COMMUNITY

LA TOPONIMIA DE LA MEMORIA: EL PAPEL DE PEDRO BRAGA EN LA CARTOGRAFÍA ORAL Y ESCRITA DEL POBLADO DE VAU

Caminhos da História

vol. 31, núm. 1, p. 182 - 207, 2026

Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil

revista.caminhosdahistoria@unimontes.br

ISSN: 1517-3771

ISSN-E: 2317-0875

DOI: [https://doi.org/10.46551/](https://doi.org/10.46551/issn.2317-0875v31n1p.185-207)

[issn.2317-0875v31n1p.185-207](https://doi.org/10.46551/issn.2317-0875v31n1p.185-207)



CC BY-ND 4.0 LEGAL CODE

Licença Internacional Creative Commons Atribuição-Não Derivada 4.0.